



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS

**DELEGADO
EDUARDO PRADO**
Deputado Estadual



PROJETO DE LEI Nº 277 DE 09 DE Abril DE 2019.

APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE
À COMISSÃO DE CONSR. JUSTIÇA
E REDAÇÃO
Em 09/04/2019
[Signature]
1º Secretário

"Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia nas delegacias que especifica."

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos constantes no art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAM, no Atendimento ao Idoso - DEAI e de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA contarão com serviços de psicologia para atender às vítimas, familiares e demais prioridades definidas pelas políticas institucionais, por meio de equipes multiprofissionais.

Parágrafo único. As equipes multiprofissionais deverão desenvolver, especialmente, ações voltadas para minimizar os impactos à saúde física e mental das pessoas vitimadas e sua recuperação, inclusive de forma emergencial quando for o caso.

Art. 2º Para os fins desta Lei o Poder Público poderá celebrar convênios ou parcerias com outros órgãos públicos e entidades não-governamentais, tendo por objetivo o efetivo atendimento às vítimas e familiares.

Art. 3º Por ato do Chefe do Executivo o atendimento psicológico previsto nesta Lei poderá ser estendido a outras delegacias do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM DE 2019.

[Signature]
DELEGADO EDUARDO PRADO
Deputado Estadual

deputadodelegadoeduardoprado@gmail.com

(62) 3221-3314
(62) 98108-3312

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Palácio Alfredo Nasser - Gabinete 107
Alameda dos Buritis, 231 - Setor Oeste
CEP: 74115-900



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS

**DELEGADO
EDUARDO PRADO**
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem o relevante objetivo de estabelecer que nas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAM, no Atendimento ao Idoso – DEAI e de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA as vítimas e familiares em atendimento possam contar com os serviços de psicólogos, por meio de equipes multiprofissionais.

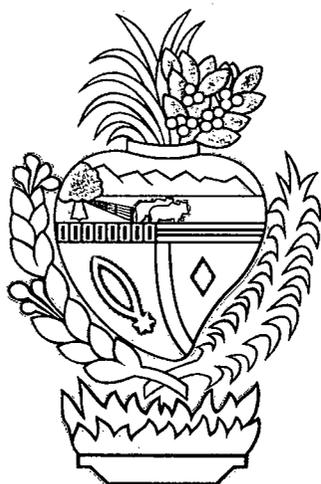
Nesse sentido, o que se propõe é que cada uma das delegacias especializadas no atendimento ao idoso, à criança e ao adolescente e à mulher disponha de profissionais da área de psicologia para o pronto atendimento que se fizer necessário.

A proposição vem ao encontro das políticas públicas do Estado de Goiás voltadas para as pessoas vulneráveis cuja garantia de acompanhamento assistencial e psicológico já se encontra prevista em leis federais, como é o caso do Estatuto do Idoso, da Lei Maria da Penha e Estatuto da Criança e Adolescente.

Inclusive, cumpre ressaltar que a presente matéria constitui em solicitação de titulares de delegacias que identificaram a necessidade de que as vítimas tenham o efetivo e imediato atendimento assistencial e psicológico, visando minimizar o impacto da violência física e moral a que estão sujeitas.

Pelas fundamentações acima expostas, entendo de extrema relevância a medida ora proposta, por isso apresento o presente Projeto de Lei, contando com o auxílio dos nobres pares para sua aprovação.

DELEGADO EDUARDO PRADO
Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ESTADO DE GOIÁS

A CASA DO POVO

PROCESSO LEGISLATIVO
2019001820

Autuação: 09/04/2019

Projeto: 277 - AL

Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO

Autor: DEP. DELEGADO EDUARDO PRADO

Tipo: PROJETO

Subtipo: LEI ORDINÁRIA

Assunto: 'DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA NAS DELEGACIAS QUE ESPECIFICA.'





**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS

**DELEGADO
EDUARDO PRADO**
Deputado Estadual



PROJETO DE LEI Nº 277 DE 09 DE Abril DE 2019.

APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE,
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JURISDIÇÃO E REDAÇÃO
Em 09/04/2019

[Handwritten Signature]
1º Secretário

"Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia nas delegacias que especifica."

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos constantes no art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAM, no Atendimento ao Idoso - DEAI e de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA contarão com serviços de psicologia para atender às vítimas, familiares e demais prioridades definidas pelas políticas institucionais, por meio de equipes multiprofissionais.

Parágrafo único. As equipes multiprofissionais deverão desenvolver, especialmente, ações voltadas para minimizar os impactos à saúde física e mental das pessoas vitimadas e sua recuperação, inclusive de forma emergencial quando for o caso.

Art. 2º Para os fins desta Lei o Poder Público poderá celebrar convênios ou parcerias com outros órgãos públicos e entidades não-governamentais, tendo por objetivo o efetivo atendimento às vítimas e familiares.

Art. 3º Por ato do Chefe do Executivo o atendimento psicológico previsto nesta Lei poderá ser estendido a outras delegacias do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM DE 2019.

DELEGADO EDUARDO PRADO
Deputado Estadual



deputadodelegadoeduardoprado@gmail.com



(62) 3221-3314
(62) 98108-3312



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Palácio Alfredo Nasser - Gabinete 107
Alameda dos Buritis, 231 - Setor Oeste
CEP: 74115-900



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS

**DELEGADO
EDUARDO PRADO**
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem o relevante objetivo de estabelecer que nas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAM, no Atendimento ao Idoso – DEAI e de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA as vítimas e familiares em atendimento possam contar com os serviços de psicólogos, por meio de equipes multiprofissionais.

Nesse sentido, o que se propõe é que cada uma das delegacias especializadas no atendimento ao idoso, à criança e ao adolescente e à mulher disponha de profissionais da área de psicologia para o pronto atendimento que se fizer necessário.

A proposição vem ao encontro das políticas públicas do Estado de Goiás voltadas para as pessoas vulneráveis cuja garantia de acompanhamento assistencial e psicológico já se encontra prevista em leis federais, como é o caso do Estatuto do Idoso, da Lei Maria da Penha e Estatuto da Criança e Adolescente.

Inclusive, cumpre ressaltar que a presente matéria constitui em solicitação de titulares de delegacias que identificaram a necessidade de que as vítimas tenham o efetivo e imediato atendimento assistencial e psicológico, visando minimizar o impacto da violência física e moral a que estão sujeitas.

Pelas fundamentações acima expostas, entendo de extrema relevância a medida ora proposta, por isso apresento o presente Projeto de Lei, contando com o auxílio dos nobres pares para sua aprovação.

DELEGADO EDUARDO PRADO
Deputado Estadual



deputadodelegadoeduardoprado@gmail.com



(62) 3221-3314
(62) 98108-3312



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Palácio Alfredo Nasser - Gabinete 107
Alameda dos Buritis, 231 - Setor Oeste
CEP: 74115-900



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Ao Sr. Dep. (s) J. J. Anderson Rodrigues

PARA RELATAR

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 23/04 / 2019.

Presidente: _____



PROCESSO N.º : 2019001820
INTERESSADO : DEPUTADO DELEGADO EDUARDO PRADO
ASSUNTO : Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia nas delegacias que especifica.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Delegado Eduardo PRADO, dispondo sobre a prestação de serviços de psicologia nas delegacias que especifica.

Segundo consta na proposição, as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher - DEAM, no Atendimento ao Idoso - DEAI e de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA contarão com serviços de psicologia para atender às vítimas, familiares e demais prioridades definidas pelas políticas institucionais, por meio de equipes multiprofissionais, que deverão desenvolver, especialmente, ações voltadas para minimizar os impactos à saúde física e mental das pessoas vitimadas e sua recuperação, inclusive de forma emergencial quando for o caso.

Estabelece a proposição que o Poder Público poderá celebrar convênios ou parcerias com outros órgãos públicos e entidades não-governamentais, tendo por objetivo o efetivo atendimento às vítimas e familiares.

Argumenta-se na justificativa que a proposição vem ao encontro das políticas públicas do Estado de Goiás voltadas para as pessoas vulneráveis cuja garantia de acompanhamento psicológico já se encontra prevista em leis federais, como é o caso do Estatuto do Idoso, da Lei Maria da Penha e Estatuto da Criança e Adolescente.

Essa é a síntese da proposição em análise.

O projeto de lei em pauta versa sobre matéria que se insere no âmbito da competência legislativa concorrente prevista no **art. 24, inciso XII, da Constituição Federal**, que dispõe que compete à União e aos Estados legislar concorrentemente sobre



proteção e defesa da saúde, razão pela qual cabe a União estabelecer normas gerais e aos Estados exercer a competência suplementar, sendo que, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

Convém enfatizar que é legítima a iniciativa parlamentar em temas dessa natureza, pois envolve a **prestação do serviço público estadual de saúde**, a qual que não está inserido na iniciativa privativa da Governadoria do Estado (CE, art. 20), sobretudo após o advento da **Emenda Constitucional n. 30, de 05 de setembro de 2001**, a qual retirou os serviços públicos do âmbito da iniciativa privativa do executivo.

Ademais, é salutar mencionar que a prestação de serviços de psicologia nas delegacias na forma prevista neste projeto de lei é uma medida necessária e adequada, pois contribuirá para proteção e defesa da saúde. O projeto de lei, portanto, fortalece a prestação do serviço público de saúde, que visa salvar vidas.

Isso posto, não vislumbramos qualquer óbice jurídico que impeça a aprovação da propositura em análise, a qual revela-se compatível com o sistema constitucional vigente. Nesta oportunidade, apresentamos apenas uma emenda com a finalidade de aprimorar a técnica legislativa:

EMENDA MODIFICATIVA: o art. 4º passa ter a seguinte redação:

“Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.”

Isto posto, com a adoção da emenda ora apresentada, somos pela constitucionalidade e juridicidade da presente propositura. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em *23* de *Abril* de 2019.


Deputado JEFERSON RODRIGUES
Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprova o pedido de **VISTA**
ao(s) Sr. Deputado(a) (s): Henrique Arantes, Vinícius Cirqueira
PELO PRAZO REGIMENTAL

Sala das Comissões Deputado Sólon Amaral

Em 18 / 06 /2019.

Presidente:

)